

A América Latina e a crise atual: impactos e reações frente à instabilidade global

Resultado de investigação finalizada

GT 14: Hegemonia Estadunidense, políticas públicas, sociais e alternativas

Geraldo Augusto Pinto
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

Resumo

Esta comunicação tem por objetivo apresentar os impactos na América Latina decorrentes da atual crise em âmbito mundial do capitalismo, cujo epicentro foi nos Estados Unidos da América (EUA) em 2007. O texto traz uma análise dos principais efeitos dessa crise sobre a América Latina, lançando luz a aspectos como a tradicional dependência econômica da região com relação às potências capitalistas, os abalos sofridos pela liderança estadunidense e as alternativas de integração postas e trilhadas pelos países latino-americanos em tal cenário. Avalia-se, por fim, as formas de governo que têm surgido nos anos recentes nalguns países, apontando-se para um fortalecimento do poder estatal, ao buscarem responder às demandas dos movimentos sociais, conservando, contudo, as condições da expansão capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo – crises; América Latina – integração regional e desenvolvimento; Estados e governos nacionais – neoliberalismo e neo-desenvolvimentismo.

Corpo da apresentação

Com o fim do Acordo de *Bretton Woods* e a crise dos preços do petróleo nos anos 1970, os países centrais passaram a reduzir gradualmente as barreiras ao fluxo internacional de capitais privados (sejam estes produtivos ou não), restando aos demais adaptarem-se a este cenário adotando políticas que deveriam passar também pelo comércio de ativos financeiros, cujo fluxo internacional também adquiriu volume, rapidez e diversidade inéditos. Os governos, empresas e investidores passaram, então, a incorporar em suas operações o resultado de carteiras de investimentos cujos ativos se distribuem de modo a oferecer maiores ou menores taxas de lucro, proporcionais às taxas de juros embutidas em cada operação, de acordo com o grau de risco (Duménil & Lévy, 2007).

Assim, desde a década de 1970, a escala de transações no mercado internacional de capitais financeiros entrou em um processo de crescimento mais rápido do que o próprio Produto Interno Bruto (PIB) mundial, surgindo daí uma crise de ordem financeira. Sua primeira manifestação foi a explosão de endividamento dos países periféricos (ou Terceiro Mundo), resultante da inundação de eurodólares nestas economias por meio de dívidas que, posteriormente, em meio aos conflitos entre o Oriente e o Ocidente, explodiram nos anos de 1980, gerando recessão e abrindo campo à aplicação do Consenso de Washington – por meio de cujos pontos, países da América Latina e regiões ex-coloniais tiveram sua infraestrutura privatizada e desnacionalizada, seus órgãos públicos e sua política social sucateadas (Chesnais, 2005).

Paralelamente, contudo, o crescimento expressivo do mercado internacional de capitais financeiros prosseguiu, devido à abertura dessas economias periféricas às operações especulativas e aos investimentos externos diretos ligados à crescente concentração e centralização de capitais em nível mundial. Crescimento que, ademais, respondia a uma assimetria internacional em termos de regulação:

as principais fontes de lucros passaram a ser – como ainda são – países cujas taxas de juros e flexibilidade regulatória sobre depósitos em moeda estrangeira são mais amplos. Novas crises advieram à medida que o capital financeiro se concentrava e se transnacionalizava, trazendo riscos à estabilidade financeira agora em nível mundial: as crises cujo epicentro foram o México (1994), o Leste Asiático (1997), a Rússia (1997) e a Argentina (2001) demonstraram a periculosidade das reações em cadeia desse processo devido à alta volatilidade do fluxo internacional de capital financeiro e os riscos de contágio entre os países (Chesnais, 2005, 2009).

Ocorre, contudo, que junto à expansão internacional de suas operações, o mercado de capitais financeiros também foi o resultado de “inovações” como o surgimento de ativos crescentemente arriscados. As relações entre bancos comerciais e empresas credoras, bancos de investimentos, seguradoras e investidores (institucionais ou não), foram crescentemente liberalizadas e mesmo incentivadas pelas entidades de regulação (sejam as governamentais, sejam as privadas, como as agências de risco, responsáveis por avaliar ativos e desde sempre envolvidas em conflitos de interesse), permitindo surgir formas arriscadas de atividade baseadas na conversão de obrigações não pagas em títulos negociáveis (securitização ou titularização) (Chesnais, 2005, 2009). Nos Estados Unidos da América (EUA), o governo de G. W. Bush incentivou tais atividades, baixando os juros básicos e opondo-se ao controle rigoroso dessas operações, as quais absorveram grande parte das poupanças de cidadãos desprotegidos diante de um crescimento ilusório da indústria imobiliária e do crédito fácil em longo prazo. Tratou-se da simples geração de ativos fictícios, pois a participação dos salários e dos lucros do capital produtivo decrescia no conjunto da economia – em cujo seio os lucros financeiros abundavam, insustentavelmente (Chesnais, 2009; Girón & Chapoy, 2010).

O estouro da crise dos *subprime* em fins de 2007 nos EUA foi um resultado, pois, tanto dessa expansão desenfreada da financeirização já em curso há três décadas, como da imprudente liberalização de modelos de negócios arriscados com ativos fictícios. Seu nível de contágio, também, foi imenso: já em fins de 2008, com a quebra do banco Lehman Brothers, diversos países foram afetados com uma suspensão temporária de créditos à qual se somou um agravamento da queda geral no preço de ações em termos mundiais, verificada desde o início do mesmo ano. O resultado foi um recuo no consumo e nos investimentos, propagando-se a crise nos setores produtivos da economia em termos mundiais, com queda nas taxas de crescimento e desemprego em massa, atingindo, nos anos seguintes, países mais frágeis da Zona do Euro, como a Grécia, Portugal, Espanha e Itália.

A crise mundial atingiu, sem dúvida, a América Latina. E embora alguns dos maiores países da região contassem nesse momento – ou seja, após o *boom* de liquidez no mercado internacional do início do século XXI – com reservas financeiras mais substanciais comparativamente às épocas em que foram absorvidos pelos vórtices do pós-1929 ou pela crise de endividamento da década de 1970, tal condição não suprimiu a crônica dependência desses países da exportação dos seus setores primários e a insuficiência de investimentos autóctones na sustentação do crescimento dos seus setores secundário e terciário.

Com relação ao setor financeiro, mais especificamente à dívida privada interna, há que se considerar que os governos latino-americanos não lançaram, nos últimos cerca de vinte anos, a população em um endividamento massivo, em vista das altas taxas de juros básicas praticadas sob as leis férreas do Consenso de Washington. Assim, não houve uma bancarrota de empréstimos pessoais. Por outro lado, o capital acumulado resultante de operações financeiras exitosas de corporações estrangeiras na região foi rapidamente repatriado às matrizes dos bancos, companhias e seus investidores com o desenrolar da crise em sua expansão internacional (Katz, 2009).

A América Latina também enfrentou uma crise de superprodução, devido aos impactos no consumo de bens decorrentes dos ajustes da contração do crescimento e do crédito em âmbito internacional, mas com reflexos imediatos nos cenários nacionais. Além disso, deparou-se com a queda mundial dos preços das matérias-primas, o que atingiu um dos principais pilares das políticas econômicas dos países

latino-americanos – as exportações, devido às divisas por elas geradas (Katz, 2009). Revelou-se grave, portanto, no período, a fragilidade dos países latino-americanos diante da oscilação internacional dos preços dos metais, alimentos e combustíveis, demonstrando a dependência de um padrão de desenvolvimento ainda fundado em setores primários e extrativistas, perfil que está na contramão das trajetórias dos países periféricos emergentes asiáticos, nos quais a industrialização já se destaca como setor predominante (Katz, 2010).

O Brasil é um exemplo dessa situação. Do ponto de vista do Estado, em que pese certa estabilidade do endividamento público e um nível razoável de reservas oficiais, há pontos de fragilidade. De janeiro de 2010 a março de 2012, o Brasil foi o país com a maior taxa de juros reais (taxa que desconta a inflação) do mundo (Gazeta do Povo, 2012). Com o desenrolar da crise nos países europeus e a demorada recuperação dos EUA, ocorreu uma entrada crescente de dólares pela via dos investimentos puramente financeiros no país, preocupando as autoridades locais diante de uma possível desestabilização monetária, com inflação e valorização cambial excessiva. Após sucessivos cortes, o Brasil ocupa atualmente a segunda posição mundial nesse quesito, com 2,5%, atrás da China, com 2,9% (taxas de juros nominais de julho 2013 descontadas pela inflação projetada para os próximos 12 meses) (Moneyyou, 2013).

Seja como for, a crise que atinge países da União Européia (UE) como Portugal, Espanha, Itália e Grécia continua a ser motivo de alerta e pressão por organismos multilaterais como FMI e Banco Mundial para a contenção de políticas sociais. Esse é um dos motivos pelos quais os dois últimos governos brasileiros (Lula e Dilma) alegam ter dado passos tímidos nesse âmbito. Não por acaso, a reação popular tem se avultado no país: já em 2012 houve uma das maiores ondas de greve de toda a história do Brasil, atingindo a quase totalidade do funcionalismo público federal; em meados de 2013, manifestações massivas inundaram as ruas das principais capitais exigindo melhorias nos serviços públicos de transporte, saúde e educação. Afinal, além da desregulamentação jurídica do trabalho ter sido mantida após os anos de neoliberalismo da década de 1990, Lula e Dilma empreenderam e vêm empreendendo projetos de privatização da aposentadoria dos servidores públicos e precarização de suas condições de trabalho, além de medidas que freiam a reforma agrária e promovem a desproteção de territórios indígenas, não obstante busquem a todo custo acelerar obras faraônicas voltadas ao interesse do capital (como a Usina de Belo Monte, os estádios de futebol e a privatização dos aeroportos para a recepção de jogos da Copa do Mundo em 2014).

A crise teve grande impacto também na posição de liderança que os EUA historicamente sempre requereu – quando não usurpou – na América Latina, pois ocorreu em meio a um processo já em andamento de abertura a relações de força multipolares com outros países, inclusive com a crescente influência da UE, que se tornaram importantes investidores externos na região, adquirindo participações massivas em setores que, outrora controlados pelos Estados nacionais, foram privatizados nas décadas da predominância dos governos neoliberais (Cortés & Flores, 2010; Katz, 2009).

É certo que a presença do capital estadunidense é muito significativa na região e, diferentemente dos países da UE, os EUA não abriram mão de sua hegemonia militar no continente. Mantiveram-se marginalizados da arbitragem direta de alguns conflitos como a incursão militar da Colômbia no Equador e o frustrado golpe de direita na Bolívia, ambos em 2008. Tiveram, inclusive, dois de seus embaixadores expulsos: um na Bolívia e outro na Venezuela. Todavia, vêm investindo em novas bases militares (na Colômbia, por exemplo, que tenta agora receber a extinta base do Equador; no Paraguai, na região do Chaco) e a conhecida IV Frota da Marinha foi reativada (Katz, 2009, 2010). O fato é que, no âmbito global, os EUA enfrentam um declínio em seu poderio ideológico e militar. Partindo da perspectiva braudeliana de larga escala histórica, Arrighi (2005) mostra como todo sistema internacional de Estados e corporações termina seus “anos de ouro” em uma crise cuja saída é a financeirização seguida de uma expansão imperialista que, segundo demonstra a história, também acaba por ceder o espaço a novos arranjos de poder. No caso dos EUA dos dias de hoje, a diferença em

relação à era da *Pax Britannica*, segundo o autor, está na recusa desse declínio e na tentativa de reaver tal posição hegemônica tornando-se, a todo custo, um Estado “mundial”.

Para Arrighi (2005) os EUA têm fracassado já há tempos em tal propósito, pois, finda a polarização da Guerra Fria (com o desmantelamento da URSS e a abertura da China), ao contrário de almejarem a legitimidade de um “Estado entre Estados” mediante uma postura de voluntarismo político desinteressado e idôneo, seus governos conduziram ações militares cada vez mais desastrosas – e não raro ilegítimas perante a Organização das Nações Unidas (ONU), como a ocupação de países em guerra civil (desde o caso do Vietnã até o caso recente, do Iraque). Por outro lado, nas seguidas crises econômicas que vêm experimentando, os EUA têm sido enfraquecidos em seu poder material, o que os levou a firmar relações com periferias emergentes mais no sentido da cooperação do que da intervenção, obrigando-lhe a por em segundo plano suas verdadeiras intenções imperialistas. Conseqüentemente, os EUA não mais conseguem agregar quaisquer países como um “protetorado” sob sua guarda diante de supostas ou reais ameaças de terceiros, sem deixar transparecer o caráter “chantagista”¹ encerrado em sua dominação (Arrighi, 2005).

Esse cenário de multipolarização de forças no âmbito global que se abre com a crise dos EUA não desembocou, contudo, em processos necessariamente favoráveis a uma integração latino-americana de caráter emancipatório. Há processos que podem levar a trajetórias contrárias, como o emergir de uma forma de atuação ainda mais destrutiva das classes dominantes locais. Em países como China, Índia e Rússia, sustentados por um crescimento calcado na exploração intensiva de recursos humanos e naturais, já é possível observar há mais de uma década uma associação crescente de suas classes proprietárias com setores estratégicos das economias centrais, movimento que se manteve, inclusive, durante a recente crise.

No caso da América Latina, as elites locais – sobretudo no México, Brasil e Argentina –, jamais foram simples “marionetes” das potências imperialistas. Como sempre, aproveitando-se dos ciclos de crise e restauração da acumulação de capital nas principais potências, dispõem-se rapidamente a travar relações de compromisso com o capital externo e, atualmente, buscam até mesmo transnacionalizar os seus próprios investimentos, inaugurando plantas produtivas em países menores, tornando-os enclaves de exploração, economias satélites e balões de ensaio para experiências subimperialistas. O caso brasileiro, segundo Katz (2009, pp. 151-152) é exemplar enquanto um país subimperialista:

A pesar del bajo crecimiento de los últimos años, las empresas transnacionales de ese origen [do Brasil] se han consolidado en toda la región. Se apoderaron del 50% de la principal actividad económica uruguaya (industria de la carne), comprando tierras y controlando un tercio de la faena. Capturaron varias firmas estratégicas de argentina (especialmente Pecom y Loma Negra) y ya manejan el 95% de la soja exportada desde Paraguay. A principios de la década, Petrobrás se apropió del 45% del gas, el 39% del petrolero y de toda refinación de Bolivia. En Perú dos conglomerados brasileños controlan el grueso de las minas de zinc y fosfato. En Ecuador gestionan varios yacimientos estratégicos y administran los principales proyectos de obra pública. [...] Las compañías de Brasil sustraen materias primas, dominan fuentes de energía y abastecen mercados de consumo. Su principal núcleo – Petrobrás, Gerdau, VM, Oderbrecht, Friboi, Marfrig, Vale – opera con elevados niveles de internacionalización.²

Esta expansão de transnacionais brasileiras se apóia em créditos obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição estatal brasileira. O mesmo estudo aponta que o crescimento desses créditos ultrapassa até mesmo o que vem sendo aportado na região pelo FMI

ou pelo Banco Mundial. Ademais, há um importante projeto comum dessas empresas junto aos governos locais para facilitar o escoamento de sua produção: o de uma Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um conjunto de autopistas e hidrovias passando prioritariamente pela Amazônia e conectando os países fronteiriços desse território (Katz, 2009).

É interessante frisar que tal processo não apenas se desenrola na estrita esfera das relações de mercado internacionais, como é comandado a partir das altas patentes de governos, ou seja, envolve desde o âmbito das diplomacias até o das políticas comerciais, industriais, monetárias e fiscais, nas quais o Brasil segue a cartilha das economias capitalistas centrais ao pautar o seu desenvolvimento sócio-econômico pela estabilidade monetária e pelo crescimento de índices genéricos como o Produto Interno Bruto (PIB). Assim, nas palavras de Katz (2009, pp. 153-154):

En su nuevo rol dominante, Brasil tiende a jugar un rol subimperialista. Este papel se está gestando bajo la cobertura de intereses regionales compartidos y no resultará menos adverso para los pueblos que la opresión tradicional ejercida por el imperialismo estadounidense o europeo.

A leitura de Katz (2009) dessa nova posição assumida pelo Brasil no contexto sul-americano se baseia no conceito de “subimperialismo” desenvolvido em meados da década de 1960 por Marini (1985). Ao enfatizar o caráter tardio e periférico do Brasil como uma nova potência e sua associação subordinada aos EUA, Marini buscara, à época, distinguir as ações imperialistas emergentes do Brasil do tipo de imperialismo já dominante (pelos EUA, Grã-Bretanha e França), bem como distingui-lo de imperialismos menores (Suíça, Bélgica, Espanha), extintos (otomano, austro-húngaro) ou falidos (Rússia, Japão) (Katz, 2009). A vantagem principal de tal análise reside na superação do simplificado esquema polarizado entre países centrais e periféricos, revelando a existência de relações complexas e variáveis no mercado mundial, em que as velhas “burguesias nacionais”, outrora promotoras de um mercado interno, transformam-se em “burguesias locais”, priorizando a associação com o capital externo transnacional e a exportação, por meio de uma “cooperação antagônica” (Marini, 1985, como citado em Katz, 2009). Trata-se, portanto, de uma lente mais fina de captação dos movimentos cuja utilidade no contexto atual é indiscutível, haja vista a deslocalização dos investimentos do capital acumulado em países maiores (EUA e Brasil, por exemplo) a regiões onde os custos de produção e/ou o potencial mercado de consumo é mais atraente (China e Paraguai, respectivamente).

Aqui podemos mergulhar na questão do desenvolvimento e da integração regional. Embora o esgotamento prematuro do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tenha contido o deslançar de tratados de livre comércio de alcance continental, os EUA – em que pese o seu protecionismo em face dos efeitos da crise, ou de seu declínio – estão aproximando-se diplomaticamente de parceiros estratégicos para o desenvolvimento de tratados de livre comércio regionais de significativo impacto. Os EUA estão partindo do México (com o qual já mantém o acordo NAFTA) e alinhando tratados com países como o Peru, Colômbia e Chile, que, recentemente, assinaram o Acordo do Pacífico, buscando uma integração entre esses quatro países (e outros, futuramente, como Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e mesmo Equador e Nicarágua) para estabelecer uma estratégia comum de liberalização do comércio de bens, serviços, investimentos, de força de trabalho, além de integração em uso de recursos naturais e energéticos. Além disso, em tal bloco, visa-se a integração de tais propósitos a tratados internacionais envolvendo países da Ásia, como a China (El Guia Latino, 2012).

Evidentemente, uma estratégia que visa eclipsar, senão absorver, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em cuja liderança está o Brasil, assumindo, diga-se de passagem, um papel perigosamente ambíguo: no plano econômico, atua como um país subimperialista, a serviço do agronegócio, dos bancos e setores industriais emergentes; no político-diplomático, intenta uma

liderança na UNASUL e no MERCOSUL, defendendo ações democráticas como o apoio a Zelaya (Honduras) e, mais recentemente, a Lugo (Paraguai), embrenhando-se, inclusive, em operações na América Central, como no caso da reconstrução haitiana.

Em tal contexto, com intenções opostas à continuidade sob outros signos da falida ALCA, e também com diferenças em relação ao MERCOSUL, emergiu a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), em 2004, sob a liderança da Venezuela e Cuba, contando atualmente, também com a adesão da Bolívia, Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. No seu seio, têm surgido propostas alternativas anti-imperialistas para tratar questões locais de comércio e desenvolvimento sócio-econômico, como a criação do Banco da ALBA, de instituições de importação e exportação, de uma moeda comum (SUCRE, *Sistema Único de Compensación Regional*, que desde 2010 é usada como nos países da ALBA, mas ainda limitada a regras e produtos), entre outros.

Nesse ponto, cabe indagarmos a respeito da atuação do Estado nos países latino-americanos após o colapso de 2007-2008. Quais enfoques têm guiado a ação dos governos e sua relação com as corporações privadas e com a sociedade civil? Que papel tem exercido atualmente os movimentos sociais nessas sociedades?

Os governos que ora reivindicam para si na América Latina a construção de uma frente popular ou, mais modestamente, uma ação progressista, surgiram na crise do neoliberalismo no Chile, México, Bolívia, Argentina, Equador, Venezuela e Brasil. Diferentemente do sucedido nos EUA e Europa, na América Latina emergiu uma importante resistência às políticas neoliberais, mediante a ascensão de movimentos sociais e sindicais que, na luta contra o desemprego e a desigualdade nas décadas de 1980 e 1990, condenaram, numa conjuntura de lutas entre 2000 e 2005, a continuidade de diversos governos³ (Gómez, 2011).

Tais movimentos formaram a base de sustentação eleitoral, portanto, de líderes carismáticos com perfis distintos e oscilantes entre o “nacionalismo-radical” (Chávez, na Venezuela; Morales, na Bolívia; Correa, no Equador), o “social-liberalismo” (Lula, no Brasil) e o “neo-desenvolvimentismo” (Cristina Kirchner, na Argentina) (Katz, 2009). Diante da crise atual (pós-2008) e de suas reais possibilidades de recessão e queda nas condições de vida (ou mesmo de retorno das próprias políticas neoliberais em uma versão ainda mais radical), tais movimentos têm contestado o uso de recursos públicos para o salvamento de bancos falidos, as privatizações, os acordos de abertura comercial, os ajustes anti-crises, as desnacionalizações de recursos naturais e o pagamento das dívidas externas escorchantes (Gómez, 2011; Katz, 2009). Contudo, argumenta Gómez (2011, p. 74):

Si es cierto que tanto en América Latina en general y también en Argentina en particular encontramos, en nuestro caso sobre todo luego de diciembre de 2001, una impugnación del funcionamiento de un “sistema político” en su conjunto en tanto el mismo operó como una “institucionalidad” legitimadora de las políticas neoliberales; también es cierto que a casi diez años de ese notable suceso hoy nos encontramos con un proceso de recomposición – ¿hegemónica? – del funcionamiento de ese mismo “sistema político”.

Em outros termos, assistimos a uma recomposição ainda mais complexa da figura do Estado enquanto um aparelho de dominação no seio do qual as críticas dos movimentos anti-neoliberalismo têm sido “assimiladas”, sem, contudo, produzir uma ruptura com o projeto societal capitalista. Projeto este que, sob uma atuação estatal ampla e constrangedora, assume em alguns casos formas particularmente perversas, como o caso, denominado por Seoane *et al.* (2011), do “neoliberalismo de guerra”, em que ao lado da abertura radical do comércio e da consolidação do propósito de exploração extrativa e primária dos recursos nacionais por grupos estrangeiros transnacionais, os governos locais operam um processo de controle militarizado da vida social, criminalizando ações coletivas de setores subalternos e

legitimando a instalação de bases das Forças Armadas de países imperialistas. Como exemplos máximos dessa vertente, temos os governos de Felipe Calderón no México e Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos na Colômbia (país onde há cinquenta anos os EUA mantêm expressiva presença militar).

De aparência menos contundente, porém, igualmente pernicioso, é o projeto de governo denominado por Seoane *et al.* (2011) como “neo-desenvolvimentismo”, em que o Estado passa a atuar com maior força regulatória no mercado. Equivalente à denominação de Katz (2009, p. 156) de “*estatismo para los poderosos*”, trata-se, basicamente, de um projeto pelo qual os governos carregam para grupos privados imensos volumes de reservas: são linhas de financiamento público especiais para empresas, programas de socorro creditados com juros abaixo do mercado, absorção de dívidas privadas pelo Estado, redução da carga tributária para grandes setores compostos por capitais transnacionais (portanto, móveis) etc. Enfim, uma gama de políticas dirigidas diretamente ao bem-estar dos negócios, utilizando-se dos excedentes produzidos pela classe trabalhadora, concentrados pelos órgãos públicos por intermédio dos severos programas de ajustes estruturais levados a cabo nas últimas décadas, com custos sociais imensos.

Nessa vertente política, a atuação estatal no mercado atingiu índices tão satisfatórios ao capital no bojo da atual crise mundial que até mesmo “[...] *los cultores de la privatización han procesado un vertiginoso giro pragmático. Ahora cuestionan la sabiduría del mercado y aplauden el gasto público*” (Katz, 2009, p. 157). Como protagonistas disso, diz o autor, estão governos que oscilam entre um “social-liberalismo” (como Lula, no Brasil) a um “neo-desenvolvimentismo” (Kirchner, na Argentina), variando sempre a sua atuação conforme as relações de força em meio à luta de classes. Definem-se, tais governos, pela alardeada atuação do Estado na regulação do mercado e da vida pública. Em verdade, contudo, são bastante modestos em seus programas de redistribuição de recursos, destinando parcelas mínimas dos fundos públicos à preservação dos salários, à ampliação dos seguros de desemprego e às políticas de saúde, educação e moradia, áreas estas que num contexto de crise mundial atenderiam prioritariamente a massa da população, que é a mais atingida. Ao contrário, tais governos têm investido em políticas de sustento do consumo das classes média e alta e enquanto desoneram o capital para que se prossiga a produção de bens suntuosos; fingem-se, inclusive, de cegos diante da reestruturação e dos enxugamentos de quadros das empresas, com seus planos de demissões voluntárias (e diretas) em massa⁴ (Katz, 2009).

Por fim, há uma terceira linha, denominada por Seoane *et al.* (2011) como “socialismo do século XXI”, e que se posta como um equivalente próximo do que para Katz (2009) são os já citados “nacionalistas radicais”, como os atuais governos da Venezuela, Bolívia e Equador. Trata-se de projetos que buscam promover uma democratização radical da gestão pública e uma redistribuição dos investimentos e da riqueza por meio, entre outras coisas, da assunção por organismos públicos de setores estratégicos e recursos nacionais valiosos (Seoane *et al.*, 2011). Tais governos têm assegurado, assim, no plano internacional, uma posição crítica e autônoma perante os ditames das grandes potências imperialistas, logrando manter, no plano interno, um mínimo de políticas públicas apoiadas pela classe trabalhadora, ainda que com limites em setores populares (não raro em condições bastante vulneráveis) controlados por caudilhos locais (Katz, 2009).

Cada um desses três projetos apresenta limitações. O “neoliberalismo armado” e sua visceral repressão aos setores críticos levou a processos trágicos de assassinatos de ativistas, perseguições, ameaças, detenções e condenações de lideranças, que, por seu turno, levaram a campanhas nacionais e regionais pela defesa da liberdade política, tornando-se esta uma das bandeiras centrais e de convergência entre os diversos movimentos sociais em nível continental na América Latina nos últimos anos (Seoane *et al.*, 2011). A via “neo-desenvolvimentista”, em seu esforço por recuperar a figura de um Estado forte, acabou por monopolizar as políticas públicas e institucionalizar o acesso ao poder pela mediação partidária, relegando aos movimentos sociais uma atuação paralela no âmbito da sociedade civil. Com

isso, restaurou-se uma elite político-profissional no poder, a qual foram também integrados alguns dos quadros desses movimentos (Seoane *et al.*, 2011). O que vai ao encontro do que afirma Gómez (2011), a respeito da experiência na Argentina: para o autor, sob projeto de matiz neo-desenvolvimentista de Kirchner, vem ocorrendo uma absorção passiva dos movimentos sociais e suas reivindicações dentro de uma pauta maior cujo núcleo é a continuidade do capitalismo. Trata-se, portanto, de um governo que busca firmar um “compromisso débil”⁵ entre classes, atendendo interesses dos movimentos sociais desde que não abalem a continuidade dos mecanismos de acumulação capitalista (Gómez, 2011).

Resta mencionar as dificuldades enfrentadas pelos governos da vertente “socialismo do século XXI”, tal como denominada por Seoane *et al.* (2011). Para os autores, a democracia participativa e a capacidade auto-organizativa popular têm sido alcançadas, sobretudo, na experiência boliviana e na venezuelana. Mesmo assim, têm implicado dificuldades na gestão pública, posto que parte-se de uma estrutura político-burocrática herdada de um momento histórico precedente, a qual, passo a passo, num lento processo de transição, deve ser efetivamente superada. Em tal trajetória, ao constrangimento causado pelos saberes-fazeres tradicionais do antigo aparato estatal, à burocracia e à corrupção, somam-se, ainda, a pressão dos profissionais e especialistas tradicionais diante da ausência de quadros preparados entre os movimentos sociais para efetuar tamanha supressão nas estruturas de poder.

À guisa de conclusão, portanto, e à luz do que está em curso nos EUA e na UE, a crise trouxe impactos menos severos às finanças dos países da América Latina, devido a uma série de fatores, entre os quais, de modo geral, podemos citar o efeito da abertura comercial, da privatização, dos planos de estabilização monetária, das altas taxas de juros e das políticas de ajuste estrutural com redução da ação social do Estado, aplicadas nas duas décadas de neoliberalismo que antecederam o colapso estadunidense.

Evidentemente, sob tais medidas, não apenas o gasto público foi reduzido, como também o valor global da força de trabalho, devido à concentração de capital e à reestruturação produtiva, elevando, ambas, o exército industrial de reserva (em sentido marxiano) e contribuindo para o aprofundamento da flexibilização das leis protetoras do trabalho e dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, embora o arrocho salarial tenha sido uma constante nas últimas décadas, o endividamento da população latino-americana manteve-se baixo com relação aos índices de países centrais como os EUA. Os empréstimos das empresas, a maioria de capital transnacional externo (pois, durante a década de 1990, houve severa desnacionalização na região), estava sendo obtido no exterior em meio à liquidez que antecedeu à crise; no atual momento, é pago pela recuperação do consumo interno (incentivado pelo Estado, com redução de impostos nos produtos e dos juros no crédito à população), das exportações devido ao câmbio atraente (resultando disso grandes remessas de lucros às matrizes nos países mais afetados) e do revigoramento internacional do preço dos produtos primários. A rentabilidade dos negócios nos países latino-americanos como um todo tem sido, portanto, inusitadamente, uma importante alavanca compensatória às corporações transnacionais cujas matrizes estão nos EUA e nos países da UE.

Diante disso, os grupos que se reúnem e deliberam pelo posicionamento de países com maior poder econômico no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio de seus líderes políticos e altos escalões técnicos, como o “G-8” e o “G-20”, têm se posicionado de modo conservador frente aos efeitos da crise: ao invés de uma análise honesta e crítica da crescente concentração global de capital e seus efeitos, vêm apoiando projetos de salvamento estatal das grandes corporações privadas e toda uma gama de medidas que buscam recolocar, o mais breve possível, a economia mundial em franco crescimento. Nesse processo, invocam maior participação do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, buscando mostrar como tal estratégia não é contraditória com uma maior liberalização comercial e nem mesmo com uma desnacionalização dos recursos naturais, tampouco com o reforço de órgãos internacionais promotores da militarização e da própria financeirização, como o FMI – que teve, ademais, o seu capital de fundo e de giro ampliado significativamente desde 2009 (tendo para isso grande aporte de países latino-americanos com superávit primário, como Brasil).

Bibliografia

- Arrighi, Giovanni. (2005, maio & junho). Comprender la hegemonía – 2. *New Left Review*, n. 32/33, Madrid.
- Chesnais, François. (2005). O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. En Chesnais, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, onfigurações, conseqüências*. São Paulo: Boitempo.
- Chesnais, François. (2009). La recesión mundial: momento, interpretaciones y lo que está en juego von la crisis. *Revista Herramienta*, n. 40, Buenos Aires.
- Cortés, Claudio Lara & Flores, Consuelo Silva. (2010). Los capitales europeos en América Latina y el Caribe durante los últimos veinte años: de las privatizaciones a las inversiones “opacas”. En Gambina, Julio C. (Compilador). *La crisis capitalista y sus alternativas: una mirada desde América Latina y el Caribe*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO. [Grupos de Trabajo de CLACSO].
- Duménil, Gerard & Lévy, Dominique. (2007). *Crisis y salida de la crisis: orden y desorden neoliberales*. México: Fondo de Cultura Económica.
- El Guia Latino. (2012). *Chile, Colômbia, Peru e México assinam a Aliança do Pacífico*. 18 junho 2012. Recuperado em 12 agosto de 2012, de <http://www.elguialatino.com.br/site/2012/06/chile-colombia-peru-e-mexico-assinam-a-alianca-do-pacifico/>
- Fontes, Virgínia. (2010). *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. (2ª. Ed.) Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.
- Gazeta do Povo. *Brasil tem a 3ª maior taxa de juro real do mundo*. Economia, 11 julho 2012. Recuperado em 12 agosto de 2012, de <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1274320&tit=Brasil-tem-a-3-maior-taxa-de-juro-real-do-mundo>.
- Girón, Alicia & Chapoy, Alma. (2010). Gestación y evolución de la crisis. En Girón, Alicia & Chapoy, Alma. *El derrumbe del sistema financiero internacional*. México y Argentina: Ediciones IIEc-UNAM y Ediciones Luxemburg, pp. 29-61.
- Gómez, Rodolfo. (2011). La crisis capitalista actual y el rol de los Estados nacionales. ¿Cambio estructural o emergencia de nuevas relaciones de fuerza?”. *Revista Espacio Crítico*, Bogotá, Colombia.
- Katz, Claudio. (2009). América Latina frente a la crisis global. En Estrada Álvarez, Jairo. *Crisis capitalista: economía, política y movimiento*. Bogotá, Colombia: Espacio crítico.
- Katz, Claudio. (2010). *Tres proyectos en disputa*. La Haine.
- Luce, Mathias. (2008, diciembre). La expansión del subimperialismo brasileño. *Patria Grande*, n. 09.
- Machado, Tainara. Investidor externo aposta forte na indústria. *Jornal Valor Econômico*, 01 agosto 2012. Recuperado em 12 agosto de 2012, de <http://www.unicamp.br/unicamp/clipping/2012/08/03/investidor-externo-aposta-forte-na-industria-0>
- Marini, Ruy Mauro. (1985). La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil. En Marini, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. (12ª. Ed.) México: Siglo XXI, pp. 02-105.

- Moneyyou. *Ranking Mundial de Juros Reais – Jul/13*. Recuperado em 24 julho de 2013, de <http://moneyyou.com.br/wp-content/uploads/2013/07/rankingdejuosreais100713.pdf>
- Sanmartino, J. (2010). Crisis, acumulación y forma de Estado en la Argentina post-neoliberal. *Cuestiones de Sociología - Revista de Estudios Sociales*, n. 5, Departamento de Sociología, UNLP-Prometeo, Buenos Aires.
- Seoane, José *et al.* (2011). Tras una década de luchas: realidades y desafíos de los proyectos de cambio en Nuestra América. *Revista Herramienta*, Buenos Aires.
- Tilly, Charles. (1985). War making and state making as organized crime. En Evans, P. B., Rueschemeyer, D. & Skocpol, T. (Eds.). *Bringing the state back*. Cambridge, pp. 170-171.
- Trabalhadores da GM aceitam acordo para evitar demissões. (2012). *Jornal do Brasil*, Economia, 13 agosto 2012. Recuperado em 13 agosto de 2012, de <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2012/08/07/trabalhadores-da-gm-aceitam-acordo-para-evitar-demissoes/>

Agradecimentos

Essa apresentação resultou de leituras empreendidas na realização do curso de formação a distância “*La actual crisis económica del capitalismo. América Latina y las reconfiguraciones del orden mundial*”, coordenado pelo Prof. Dr. Jairo Estrada Álvarez (Universidade Nacional da Colômbia), no âmbito da Cátedra Florestan Fernandes, do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO). Agradecemos, pois, à equipe docente envolvida neste projeto. Agradecemos, também, ao fundamental apoio da Fundação Araucária que, por meio do Edital 03/2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, financiou os custos de deslocamento e estadia para a apresentação desse trabalho no evento.

Notas de rodapé

¹ Arrighi (2005) se refere aqui aos termos de Tilly (1985).

² Katz (2009) indica para uma análise da atuação dessas empresas o estudo de Luce (2008). De nossa parte, indicamos Fontes (2010).

³ Como Jamil Mahuad (2000) e Lucio Gutiérrez (2005) no Equador, Alberto Fujimori no Peru (2000), Fernando de La Rúa (2001) na Argentina, Gonzalo Sánchez de Losada (2003) e Carlos Mesa (2005) na Bolívia. Considere-se também que fazem parte deste período a exitosa resistência popular diante da intenção de um golpe de Estado na Venezuela (2002), a caravana zapatista pela dignidade indígena no México (2001) e, no plano mais amplo das relações internacionais, a derrota do projeto da ALCA na “*III Cumbre de las Américas*” (2005) (Seoane *et al.*, 2011).

⁴ O caso brasileiro ilustra este aspecto, haja vista a posição do governo diante das demissões de metalúrgicos da *General Motors* (GM), não obstante a expressiva redução dos impostos sobre a indústria automotiva no país patrocinada pelo governo federal durante meses e que resultou em um dos maiores *booms* de venda de autoveículos da história do Brasil. Ver, a respeito, Trabalhadores da GM... (2012).

⁵ Gómez (2001) faz referência aqui ao conceito usado por Sanmartino (2010).